

Reforma da Liturgia e Liturgia de Amanhã

INTRODUÇÃO

A reforma litúrgica do Concílio Vaticano II não tem equivalente em nenhuma das que a precederam ao longo da história. A participação activa do povo de Deus foi o seu grande objectivo. Participação não apenas exterior, mas também. Participação sobretudo no centro do mistério celebrado, que é Jesus Cristo.

A característica pastoral desta reforma, antes de ser decisão das várias instâncias eclesiais, foi fruto das disposições do Espírito Santo, o agente pastoral mais preocupado com a liturgia. Servindo-se de homens como Guéranger, Odo Casel, Pio X ou Paulo VI, foi Ele que esteve na origem desta lufada de ar fresco que, de repente, entrou por todas as portas e janelas da Igreja.

A CONSTITUIÇÃO LITÚRGICA

A reforma da liturgia, que no Concílio de Trento tinha parecido um problema secundário, tornou-se, no Concílio Vaticano II, no problema número um na ordem de quantos viriam a ser tratados.

A Constituição **Sacrosanctum Concilium** deu o tom e marcou o ritmo da reforma geral da liturgia deste final do século XX. Os princípios que nela deixam adivinhar a acção do Espírito, sintetizam-se em meia dúzia de afirmações.

A Liturgia é «exercício do sacerdócio de Cristo» (SC 7). É

teologia rezada. O que a reflexão teológica afirma em teses, a liturgia tradu-lo em palavras e sinais, que não só concordam com a teologia, mas vão muito mais além. Eles realizam a santificação do homem. Isso acontece devido à presença de Cristo nas acções litúrgicas, e porque a liturgia é a celebração actual do Mistério pascal. O que aconteceu na última Ceia e na Cruz, passou agora para ela. Assim, é Cristo que preside, na pessoa dos ministros, às celebrações litúrgicas, de modo particular na liturgia eucarística, ponto mais alto do culto eclesial. O sacrifício de Jesus Cristo, realizado uma vez por todas sobre o madeiro da Cruz, e o seu corpo e sangue que os Apóstolos receberam em comunhão, na Ceia, tornam-se presentes, de madeira sacramental, na celebração. O pão e o vinho mudam-se em «pão da vida e vinho da salvação» e recebidos pelos fiéis no «banquete sagrado», restauram-lhes as forças na caminhada que vão fazendo em demanda da Pátria celeste.

A Liturgia é «ponto culminante e fonte» da vida da Igreja (SC 10). Essa Igreja que nasceu do lado de Cristo adormecido na Cruz, continua a «nascer» todos os dias na liturgia, através dos sacramentos da iniciação cristã, entranhas onde são gerados todos os seus filhos e que ela, a seguir, solícitamente alimenta, na mesma liturgia, por isso também chamada «ponto culminante» da vida da Igreja, que não pode subir mais alto neste mundo. A liturgia é, pois, verdadeiro ponto de começo e ponto de chegada de tudo quanto a Igreja vive na sua peregrinação terrena. Mais ainda, ela é o modo adaptado à nossa condição terrestre de participarmos e saborearmos, desde já, a liturgia celeste celebrada na cidade santa de Jerusalém (SC 8). É por isso que nenhuma outra acção eclesial se lhe pode comparar.

A Liturgia implica e reclama a participação plena, inteligente e activa de todo a assembleia (SC 14). Os cristãos constituem um povo escolhido por Deus como sua propriedade, para celebrar as suas maravilhas e crescer continuamente em santidade. Como será isso possível se não aprender cada vez mais a participar na liturgia com os mesmos sentimentos de Cristo? Formação litúrgica, adaptação da liturgia, língua, leitura mais abundante da Sagrada Escritura, simplificação dos ritos, música e arte adaptadas a novas sensibilidades, tudo tem em vista tornar realidade a participação activa, consciente e profunda de todos os membros do povo de Deus nas assembleias litúrgicas.

A Liturgia manifesta a Igreja (SC 26) porque reúne à volta do mesmo altar e da mesma oração aqueles que, de maneira consciente e consequente, se dizem discípulos de Cristo. Nesse sentido ela é o mais expressivo e concreto «sinal de unidade» comunitária, e o lugar onde mais facilmente se descobre a natureza da Igreja. Nela, cada um é convidado a realizar tudo e só o que lhe compete (SC 27-30), para ficar bem claro que a Liturgia como a Igreja são de todos, mas que ninguém as pode considerar como exclusivamente suas.

A Liturgia só é autenticamente eclesial quando não identifica «unidade substancial» com «rígida uniformidade» (SC 38). De facto, se existem constantes da fé a manifestar sempre e em toda a parte, também existem sensibilidades e tempos históricos muito diferentes. E esses dois valores não podem estar ausentes da liturgia, sob pena de a «fossilizarmos» ou, ao contrário, de a «subjectivizarmos». É por isso que a Constituição estabelece: «Não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida, mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos» (SC 37).

A Liturgia tem em conta a «sã tradição» e o «progresso legítimo» (SC 23). Ela é uma continuidade que nos vem de Jesus, à qual os vários séculos juntaram a sua marca. Os elementos de instituição divina são imutáveis, pelo menos no seu sentido profundo. São poucos, muito claros e fáceis de realizar, escreveu S. Agostinho. Os outros são mais dependentes do tempo e mais sujeitos a «oxidarem-se». Não são indispensáveis e muito menos imutáveis. O Concílio teve a percepção desta diferença e quis que se reencontrasse o espírito das realidades litúrgicas, por vezes irreconhecível debaixo do pó acumulado pelos séculos: «Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da liturgia que devem ser revistas. Tenham-se ainda em consideração as leis gerais da estrutura e do espírito da liturgia» (SC 23).

Foram estes os grandes princípios orientativos da reforma litúrgica, obra simultânea do Espírito Santo e dos sucessores dos Apóstolos, para o noso tempo, reforma que nem foi a primeira nem certamente será a última.

UMA REFORMA DE QUALIDADE

Trabalho de qualidade, poderíamos nós chamar ao resultado final da reforma da liturgia que se iniciou logo a seguir à aprovação da respectiva Constituição. Não dizemos trabalho perfeito, porque nenhuma obra dos homens merece essa qualificação. Só Deus é perfeito e perfeitíssimas são as suas obras. Mas as sombras ocasionais não devem fazer esquecer a qualidade excepcional do conjunto.

Serena e objectivamente **não se pode dizer que a passagem do latim às línguas vivas foi um mal** (SC 36). As línguas faladas pelos homens de hoje não empobrecem a liturgia. Foi nas línguas faladas pelos homens de cada época que se estruturaram as grandes famílias litúrgicas orientais e ocidentais. Por inércia ou outros factores, continuou depois a celebrar-se nessas línguas, mesmo quando elas deixaram de ser faladas e compreendidas pelo povo. Tal situação não pode chamar-se normal e menos ainda ideal. Admite-se que possa acontecer, e de facto aconteceu, mas assim como há «um tempo para nascer, há outro para morrer». E ambos são tempos de Deus, pois «é o Senhor quem dá a morte e dá a vida». Foi o que aconteceu com o latim. Deixou de ser a única língua da liturgia latina. Já era tempo. O Concílio, aliás não foi muito liberal ao referir-se à possibilidade de celebrar a liturgia nas línguas vernáculas (SC 36). Mas a porta que ele entreabriu, acabou por ser escancarada por exigências do Espírito e por desejo do conjunto do povo de Deus. Houve quem tentasse apagar o Espírito. Venceu, porém, o sentido pastoral e o bom senso. O latim continua a ser muito importante como língua padrão das edições típicas dos livros litúrgicos. Nela se pode celebrar toda a liturgia, em certas circunstâncias. Mas a prova real da sua não utilização habitual pela esmagadora maioria do povo cristão está feita.

Antes da actual reforma, a liturgia romana tinha prescindido da Palavra de Deus em quase todos os sacramentos, com excepção da celebração eucarística. Depois de séculos de silêncio, que nem a polémica anti-protestante justifica, volta a ser realidade o princípio de **nenhuma acção litúrgica sem a Palavra revelada**. Antes de mais, por uma questão de fé na presença de Cristo nessa Palavra; em seguida, por outra questão de fé na força única da

mesma Palavra; por último, porque não há celebração litúrgica, sacramental ou não, que resista à falta de anúncio da Palavra. O tesouro escondido durante séculos foi descoberto e está a ser explorado com entusiasmo pelas comunidades cristãs. Graças à liturgia, qual escola primária e universidade onde se aprende a ler e a escutar, e depois a aprofundar a riqueza infinita da Palavra, e do movimento bíblico que lhe é paralelo, pequenos grupos, comunidades eclesiais de base, cristãos do mesmo prédio, grupos paroquiais e fiéis anónimos, estão a encontrar-se com a Palavra, a crescer na fé à luz dela, a viver animados por ela.

A liturgia renovada requiere, na sua celebração e participação, um espírito, uma mentalidade, uma alma. Não vai só com normas, com regras, com rubricas quase mecânicas. **Precisa de uma catequese.** Os Padres da Igreja chamaram-lhe «mistagógica». Nós podemos não lhe chamar assim. Mas fariamos bem em fazê-la como eles, segundo um método que se funda na Palavra de Deus e nos ritos e orações da celebração, método que a Constituição litúrgica propõe ao falar de compreensão da liturgia (SC 48), de formação bíblica dos fiéis (SC 90), e de instrução daqueles que nela realizam algum ministério (SC 29). Trabalho lento e progressivo. Os Encontros nacionais e diocesanos de pastoral litúrgica têm sido passos pequenos mas importantes. É preciso continuar a dá-los. Haverá outros caminhos, porque ninguém é detentor de toda a sabedoria. Mas esses afiguram-se-nos indispensáveis.

A celebração litúrgica é momento de festa da comunidade. É louvor de Deus e celebração da vitória pascal de Cristo. Por ser festa de louvor e de vitória não pode dispensar o canto. **Este** não é elemento que se lhe junte do exterior, mas **pertence à própria natureza da celebração.** É sua parte integrante (SC 112). Relativamente ao canto, o passado teve determinada sensibilidade. Expressiu-a, sobretudo, no canto gregoriano, com insistência na interioridade da liturgia. O presente não o pode esquecer. Por alguma razão ele apareceu como principal. Mas há outros valores ia ter em conta. A festa é um. A diferenciação etária é outro. Não se deve celebrar a liturgia com crianças, com jovens e com adultos utilizando o mesmo tipo de cantos. Mas os que forem utilizados não podem ser musicalmente banais, nem exprimir sentimentos que contradigam a fé. A liturgia há-de procurar ser sempre culto digno de Deus, proclamação da fé da assembleia e educa-

ção dessa mesma fé e da sensibilidade dos fiéis pela palavra, pelos sinais, pela música e pela arte.

PARA UMA LITURGIA DE AMANHÃ

A reforma desejada pelo II Concílio do Vaticano não ficou feita com a revisão dos livros e ritos litúrgicos. Ela supõe, para além desse importante trabalho já realizado, uma transformação das mentalidades, uma nova visão teológica da liturgia e uma nova maneira de presidir às celebrações. É nesses livros, principalmente nas suas introduções, que se há-de descobrir o sentido profundo e inovador da reforma. A liturgia de amanhã será condicionada por tal descoberta e pela adesão ao novo espírito que lhe está subjacente, bem diferente dos velhos hábitos de juridismo, ritualismo e rubricismo. A liturgia renovada requiere conhecimento do sentido dos ritos e do seu enquadramento no conjunto das celebrações, e formação nas técnicas da presidência.

Cuidado particular deve merecer, por isso, a formação dos jovens que frequentam hoje os centros de estudos eclesiais. O ensino da liturgia, nos seus aspectos teológicos, históricos e pastorais, não pode ser descurado, o que implica e pressupõe a formação de novos professores e a reciclagem periódica dos que terminaram os seus cursos há vários anos.

O povo cristão há-de receber a formação litúrgica que lhe é necessária para tomar parte activa e consciente nas celebrações. Os cursos de teologia para leigos são uma boa ajuda. Mas a melhor escola dessa formação continuará a ser a liturgia paroquial, bem preparada e vivida, semana após semana. É aí que se investe no futuro.

As catedrais são raramente modelos de celebração, apesar dos esforços que se vão fazendo para melhorar. Os bispos, salvo raras excepções, são maus presidentes da liturgia. Falta-lhes simplicidade e à vontade. São distantes e frios. Não se chega a sentir o calor da presença de Cristo em muitas das celebrações presididas por eles. O mesmo se pode dizer de bastantes liturgias paroquiais. Há que coordenar melhor as celebrações nas cidades episcopais, sempre que o bispo celebre na Igreja-mãe da diocese. Têm de ser revistos muitos dos seus pormenores.

Na preparação e organização das celebrações sacramentais, e sobretudo da Eucaristia, há que repensar o arranjo dos lugares litúrgicos. Se as soluções encontradas para o altar, a cadeira do presidente e o ambão são, regra geral, aceitáveis (a nota mais baixa seria quase sempre dada ao ambão, que não pode continuar a ser eternamente uma simples estante), já o mesmo se não pode dizer do Baptistério e do lugar da celebração da Penitência.

Já falámos da qualidade indispensável do canto litúrgico. Mas são precisos gestos e sinais verdadeiros, plenos de significação, belos, bem feitos. Principalmente para as celebrações com os mais novos.

A catequese e a celebração litúrgica têm de fazer esforços para agir de maneira convergente. Muitas vezes, os agentes pastorais desses dois sectores desconhecem-se. Também acontece encontrarem-se presidentes da liturgia com pouca formação catequética e catequistas com falta de formação litúrgica. Ora bem, toda a catequese deveria finalizar numa boa celebração ou partir dela e toda a liturgia deveria ser uma boa catequese. Quantas vezes as melhores catequese escolares ou paroquiais são reduzidas a nada pela pobreza das celebrações paroquiais.

A generalidade das dioceses e paróquias está a levar a sério a pastoral da iniciação cristã, quer se trate da preparação dos pais e padrinhos para o baptismo dos filhos, quer das crianças da primeira comunhão, dos candidatos ao baptismo dos adultos ou da preparação dos noivos para o casamento. Para tal trabalho ser pastoralmente válido, tem de ser de todas as paróquias. Não pode haver párocos vizinhos que «furem» as orientações comuns. Quando isso acontece, não há pastoral de conjunto que resista.

A homilia é um elemento importante na celebração. Os documentos da reforma apresentam-na como parte integrante da acção litúrgica e dizem quais as suas características e qualidades. Reconhece-se que as homilias de hoje são diferentes das de há vinte anos. Para isso contribuiu muito a riqueza dos leccionários e a melhor preparação bíblica dos sacerdotes. Mas terão elas sempre em conta os que as escutam? Realizarão a inserção dos textos bíblicos na realidade concreta da comunidade? Os que as pronunciam (bispos, presbíteros, diáconos ou leigos que presidem a celebrações) farão esforços para melhorar a sua competência no campo da comunicação?

CONCLUSÃO

A liturgia de amanhã será o que for a qualidade de cada um destes factores. Não se podem mesmo esquecer outros, como a religiosidade popular, os «exercícios de piedade» ou a gestuação da palavra para a tornar mais evocativa, mais acção. Temos disso um pequenino exemplo nas celebrações do Tríduo Sagrado (lava-pés, dialogação da Paixão, adoração da Cruz), em que sobressaem a sobriedade, o clima de fé e de oração, a perfeição.

A liturgia de amanhã será, sobretudo, o que for a fé pessoal de cada fiel, de cada presidente da celebração e de cada assembleia, no mistério de morte e de vida que nela acontece, no Mistério pascal de nosso Senhor Jesus Cristo.

LEÃO CORDEIRO